

Governo sai em ajuda aos empresários

O presidente Sarney determinou aos ministros da área econômica um estudo detalhado para ver até que ponto o governo pode, sem comprometer o Tesouro, atender aos micro e pequenos empresários que estejam em dificuldades por terem contraído dívidas durante o Plano Cruzado. A informação foi dada ontem pelo líder do Governo, senador Saldanha Derzi. Segundo ele, o presidente está muito preocupado com as emendas que concedem a anistia creditícia e deseja uma fórmula capaz de atender a todas as partes.

Ontem mesmo, técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central estiveram reunidos, no Congresso, com o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e os Constituintes Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG), autores das emendas que concedem anistia aos micro e pequenos empresários e aos pequenos e médios produtores rurais. Eles ficaram de aprontar, até a próxima sexta-feira, um novo cálculo sobre os custos da anistia para o sistema financeiro. "Os 10 bilhões de dólares anunciados pelo Governo pertencem ao reino da fantasia", ironizou o senador Mansueto de Lavor. Mas o deputado Carlos Sant'Anna não admitiu um recuo do Executivo. "Não foi o governo que mudou, foram os constituintes que mudaram a emenda", declarou.

Sant'Anna disse que os técnicos vão recalcular os custos da anistia creditícia, com base na proposta de fusão apresentada pelos autores das emendas. "A fusão é uma novidade para os técnicos", afirmou. Em síntese, a proposta cancela apenas a correção monetária sobre os débitos contraídos por micro e pequenos empresários e por pequenos e médios produtores rurais no período de 28 de fevereiro de 86 a 31 de dezembro de 87. Mansueto de Lavor salienta, porém, que a fusão não é novidade nenhuma.

Na reunião de ontem, não houve nenhum avanço quanto ao mérito do texto sobre a anistia creditícia.

"Não foi uma reunião para se fazer um acordo, mas de metodologia para se fazer um levantamento dos custos", explicou o deputado Carlos Sant'Anna. Segundo ele, a fusão vai diminuir os custos da anistia, mas não antecipou os números. O senador Mansueto de Lavor manteve os 183 bilhões de cruzados que anunciou, acrescentando que os novos números do governo não serão muito diferentes destes. Somente depois do levantamento é que poderá ter início uma negociação enfocando o conteúdo da proposta. Apesar dos autores das emendas rejeitarem a fixação de um teto para a concessão da anistia creditícia, o líder do governo afirmou que o assunto poderá voltar a ser discutido.

O deputado Benito Gama (PFL-BA), que também participou da reunião com os técnicos da Fazenda, informou que o Governo já havia feito uma proposta de fixação de um teto em 50 milhões de OTNs. "Mas isso é pouco. Acho que 150 milhões de OTNs poderia resultar num acordo", afirmou. Particularmente Benito defende que, se houver acordo, ele seja aprovado até mesmo por projeto de lei, e não através da Constituinte.

A anistia creditícia foi um dos assuntos tratados pelo presidente Sarney, durante reunião com 10 ministros e os líderes políticos, ontem, no Palácio do Planalto. O senador Saldanha Derzi sugeriu ao presidente que ao ministro Maílson da Nóbrega fosse a televisão explicar a população quais as consequências para o contribuinte, trazidas com a aprovação da anistia fiscal. Segundo o deputado José Lourenço, Sarney achou boa a idéia.